

# Jornal da UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

## Universidade

• Gerd Bornheim • José Paulo Bisol • Jorge Gerdau  
Johannpeter • Lya Luft • Flavio Del Mese • Vitor Ramil •  
Flávio Fava Moraes • Boaventura de Souza Santos •  
Gilberto Schwartzmann • Ruben Oliven • Sérgio Adorno •  
Milton Formoso • Miguel Murmis • Daniel Herz • Eduardo  
Corsetti • Jefferson Barros • Maria Helena Weber • Jorge  
Brovetto • Xico Stockinger • Alberto André • Rodolfo Pinto  
da Luz • José Saramago • Carlos Alexandre Netto • Hugo  
Juri • Ruy Carlos Ostermann • Octávio Ianni • Jader Nunes  
de Oliveira • Barbosa Lessa • Roman Maiorga • Ubaldo  
Zuñiga • Eva Sopher • Miguel Rojas Mix • Lauro Mohry • Jair  
Krischke • Gonçalo Guimarães • Carlos Rodrigues  
Brandão • Wrana Maria Panizzi • Cida Moreira • Antonio  
Carlos Borges Cunha • Luis Miranda • Nelson Boeira • Tarso  
Genro • Lúcio Kowarick • Reinaldo Guimarães • Mauro  
Knijnik • Andrew Simpson • Francisco Mauro Salzano • Leo  
Hartmann • Maria Inês Schmidt • Carlos Tucci • Evgen  
Bavcar • Evandro Mirra • Armino Trevisan • Noam  
Chomsky • Luiz Oswaldo Leite • Carlos Roberto  
Santos • Marco Antonio R. Dias • Gabriel Macaya  
Trejos • Renato Janine Ribeiro • Rafael Guarga • Anthony  
Garotinho • Ciro Gomes • José Serra • Luiz Inácio Lula da  
Silva • Sérgio Ferreira • Cristóvam Buarque • Roberto  
Amaral • Luiz Fernando de Abreu Cybis • João Luiz  
Becker • José Vicente Tavares dos Santos • Renato Machado  
de Brito • O Que É A Paz? • Paulo Vinentini • Sérgio  
Rezende • Marcel Bursztyn • Dilvo Ristoff • Ana Lúcia  
Almeida Gazzola • Zuenir Ventura • Ennio Candotti •

## Entrevistas



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitora

Wrana Maria Panizzi

Vice-Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Jornal da Universidade

Clóvis Ott

Editor-Chefe

Ida Stigger

Editora Executiva

**Jornal da**  
**Universidade**

•Gerd Bornheim•José Paulo Bisol•Jorge Gerdau  
Johannpeter•Lya Luft•Flavio Del Mese•Vitor Ramil.  
Flávio Fava Moraes•Boaventura de Souza Santos.  
Gilberto Schwartzmann•Ruben Oliven•Sérgio Adorno.  
Milton Formoso•Miguel Murmis •Daniel  
Herz•Eduardo Corsetti•Jefferson Barros•Maria Helena  
Weber•Jorge Brovetto•Xico Stockinger•Alberto  
André•Rodolfo Pinto da Luz •José Saramago•Carlos  
Alexandre Netto•Hugo Juri•Ruy Carlos Ostermann.  
Octávio Ianni•Jader Nunes de Oliveira•Barbosa  
Lessa•Roman Maiorga•Ubaldo  
Zuñiga•Eva•Sopher•Miguel Rojas Mix•Lauro  
Mohry•Jair Krischke•Gonçalo Guimarães•Carlos  
Rodrigues Brandão•Wrana Maria Panizzi•Cida  
Moreira•Antonio Carlos Borges Cunha•Luis  
Miranda•Nelson Boeira•Tarso Genro•Lúcio  
Kowarick•Reinaldo Guimarães•Mauro Knijnik•Andrew  
Simpson•Francisco Mauro Salzano•Leo  
Hartmann•Maria Inês Schmidt•Carlos Tucci•Evgen  
Bavcar•Evandro Mirra•Armindo Trevisan•Noam  
Chomsky•Luiz Oswaldo Leite•Carlos Roberto  
Santos•Marco Antonio Dias•Gabriel Macaya  
Trejos•Renato Janine Ribeiro•Rafael Guarga•Anthony  
Garotinho•Ciro Gomes•José Serra•Luiz Inácio Lula da  
Silva•Sérgio Ferreira•Cristóvam Buarque•Roberto  
Amaral•Luiz Fernando de Abreu Cybis•João Luiz  
Becker•José Vicente Tavares dos Santos•Renato Machado  
de Brito•O Que É A Paz?•Paulo Vizentini•Sérgio  
Rezende•Marcel Bursztyn•Dilvo Ristoff•Ana Lúcia  
Almeida Gazzola •Zuenir Ventura •Ennio Candotti •

**Entrevistas**

© Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
1ª edição: 2004

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Rosâne Vieira  
Revisão: Ida Stigger e Flavia Boni Licht  
Projeto gráfico e editoração eletrônica: Rosâne Vieira  
Fotografia: Cibele Vieira, Daniela Picoral, Patrícia Haubert,  
Reni Jardim e Ricardo Andrade.

---

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadoria de Comunicação Social

Entrevistas / Jornal da Universidade. - Porto Alegre : UFRGS, 2004

Apresentação de Wrana Maria Panizzi

1. Jornalismo - Entrevista. 2. Cultura - Intelectuais - Entrevista.  
I. Jornal da Universidade UFRGS. II. Panizzi, Wrana Maria. III. Ott, Clovis.  
IV. Título.

CDU 07  
008

---

Catálogo na publicação: Biblioteca Central da UFRGS

## Sumário

Apresentação / 6	414 / Lúcio Kowarick
Gerd Bornheim / 8	424 / Reinaldo Guimarães
José Paulo Bisol / 18	436 / Mauro Knijnik
Jorge Gerdau Johannpeter / 30	450 / Andrew Simpson
Lya Luft / 40	460 / Francisco Salzano
Flávio Del Mese / 52	460 / Léo Afraneo Hartmann
Vitor Ramil / 62	472 / Maria Inês Schmidt
Flávio Fava de Moraes / 74	478 / Carlos Tucci
Boaventura de Souza Santos / 84	482 / Evgen Bavcar
Gilberto Schwartzmann / 96	496 / Evandro Mirra
Ruben Oliven / 102	506 / Armindo Trevisan
Sérgio Adorno / 114	516 / Mesa Redonda
Milton Formoso / 128	532 / Noam Chomsky
Miguel Murmis / 138	540 / Luiz Osvaldo Leite
Maria Helena Weber / 150	550 / Carlos Roberto A. dos Santos
Daniel Herz / 150	558 / Marco Antonio R. Dias
Eduardo Corsetti / 150	574 / Gabriel Macaya Trejos
Jefferson Barros / 150	582 / Renato Janine Ribeiro
Jorge Brovetto / 164	590 / Rafael Guarga
Xico Stockinger / 174	598 / Anthony Garotinho
Alberto André / 182	598 / Ciro Gomes
Rodolfo Pinto da Luz / 192	598 / José Serra
José Saramago / 200	598 / Luís Inácio Lula da Silva
Carlos Alexandre Netto / 210	608 / Daniel Herz
Hugo Juri / 220	618 / Reitores
Ruy Carlos Ostermann / 232	626 / Dirigentes
Octavio Ianni / 244	636 / Sérgio Ferreira
Jader Nunes de Oliveira / 254	646 / Cristovam Buarque
Barbosa Lessa / 264	656 / Roberto Amaral
Roman Maiorga / 274	662 / João Luís Becker
Ubaldo Zuñiga / 282	662 / José Vicente Tavares dos Santos
Eva Sopher / 294	662 / Luís Fernando de Abreu Cybis
Miguel Rojas Mix / 304	662 / Renato Machado de Brito
Lauro Mohry / 314	672 / O que é a paz?
Jair Krischke / 324	684 / Paulo Vinentini
Gonçalo Guimarães / 336	692 / Sergio Rezende
Carlos Rodrigues Brandão / 346	700 / Reitores avaliam
Wrana Maria Panizzi / 356	encontro com Lula
Cida Moreyra / 368	708 / Marcel Bursztyn
Antônio Carlos Borges Cunha / 376	716 / Dilvo Ristoff
Luiz Miranda / 386	722 / Ana Lúcia Gazzola
Nelson Boeira / 386	730 / Zuenir Ventura
Tarso Genro / 402	738 / Ennio Candotti

## MESA REDONDA

**João Luís Becker**  
diretor da Escola de Administração

**José Vicente Tavares dos Santos**  
diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

**Luís Fernando de Abreu Cybis**  
diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH

**Renato Machado de Brito**  
diretor da Escola de Engenharia

## Universidade discute prestação de serviço

*A Universidade Federal do Rio Grande do Sul deve ou não prestar serviços dentro da comunidade ou para empresas, quando solicitada? Esta atividade serve, efetiva, acadêmica e eticamente, para complementar as insuficientes verbas que lhe são destinadas pelo governo? Ou, ao contrário, afasta a universidade das suas funções básicas: ensino, pesquisa e extensão? Como funciona o mecanismo da prestação de serviço? A sua regulamentação está sendo alvo de estudos no Conselho Universitário (Consum). Para mostrar um pouco do que está sendo discutido, Clovis Ott, do JU, conversou por duas horas com os professores Luiz Fernando de Abreu Cybis, diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH; João Luiz Becker, diretor da Escola de Administração; José Vicente Tavares dos Santos, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH e Renato Machado de Brito, diretor da Escola de Engenharia. Estas estão entre as unidades da UFRGS mais procuradas para prestação de serviço. A seguir, os trechos mais importantes desta mesa-redonda.*

ABRIL 2003 - EDIÇÃO Nº 61

**Jornal da Universidade - Além do ensino, pesquisa e extensão serem as funções básicas da Universidade, cada vez mais a prestação de serviço se incorpora às suas atividades, à sua vida, à sua rotina. Isto é bom para a Universidade?**

**Luís Fernando de Abreu Cybis** - Acho que a comissão que estuda o assunto no Conselho Universitário (Consun) já fez umas 18 reuniões. Quando colocas a questão, perguntas se, além do ensino, pesquisa e extensão, a Universidade tem outras funções básicas? Se deve o professor ainda fazer prestação de serviço? Eu não consigo entender a pergunta assim. Não sabemos o que é prestação de serviço. A conclusão a que chegamos na Comissão Especial, para regular o assunto na Universidade, é que a prestação de serviço existe dentro do ensino, da pesquisa e da extensão. Então, não é uma quarta categoria. É algo que perpassa todo o espectro de atividade da Universidade. A prestação de serviço seria aquela atividade a mais das que normalmente a Universidade faz.

**JU - Onde se dá mais essa prestação de serviço?**

**Cybis** - Dentro da Universidade, todas as unidades têm as suas peculiaridades na prestação de serviço, por exemplo: a Escola de Educação Física faz muita extensão com a piscina, com os equipamentos esportivos que eles têm lá. Na realidade, eles têm horas de extensão. Têm natação, futebol, pista atlética que são utilizadas para prestar serviços à comunidade. Então, alguém quer nadar durante uma hora por dia, vai lá. Isso é uma atividade de extensão, paga. Assim como no IPH, temos normalmente consultorias, para órgãos do governo ou para entidades privadas. No caso, vão atrás de engenheiros do IPH especialistas de hidrologia, para verificar estudo de enchentes, previsão de cheias porque a especialização está dentro da Universidade e essas atividades de ponta ainda têm muita dificuldade de serem contempladas na atividade privada.

**José Vicente Tavares dos Santos** - Eu queria pegar um pouco o outro lado, o da demanda. Por que nos últimos dez ou quinze anos cresceram as demandas por serviços da Universidade? O grande serviço que a Universidade presta é oferecer conhecimento. Então, eu me pergunto: por que isso? O meu Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, há dez anos, no máximo, fazia um ou outro curso de extensão, um ou outro curso de especialização. A demanda hoje é enorme e vem dos setores sociais, desde os trabalhadores sem-terra até à Federação das Indústrias, Ministério da Agricultura, Ministério da Justiça, prefeitura de Porto Alegre e prefeituras da Região Metropolitana, do Estado, de secretarias do Estado. Por quê? Porque mudou a sociedade. A sociedade se tornou a um tempo mais complexa, mais crítica, diria até mais caótica. Por outro lado, as competências dos profissionais que existem no Estado, na iniciativa privada ou no terceiro setor, face a essa enorme transformação dos últimos dez, quinze anos, se tornaram de algum modo, mais passivas, exigindo uma reciclagem, exigindo uma atualização de competência. Por isso, as pessoas buscam a Universidade. No meu Instituto tenho, pelo menos, 90 projetos de pesquisa aplicada, cursos de extensão, consultorias, o público mais variável possível. Essa questão da demanda é que mudou, substancialmente, em relação a 30 anos atrás quando nós fizemos um curso de especialização sobre a América Latina, por exemplo. Esse método se tornou muito mais complexo. Ao mesmo tempo, com a reforma do Estado, este perdeu capacidade analítica, as empresas privadas no Brasil nunca tiveram setores de pesquisa, a não ser grandes

empresas como a Gerdau e Copesul, e bem ou mal com todas as crises que nós passamos nos últimos 20 anos na universidade pública, o conhecimento está na universidade. Não é em qualquer lugar que se encontra isso. E isso vale para todas as grandes universidades, federais, estaduais, públicas e privadas. Tem que ficar muito claro que a demanda mudou e o único setor que tem mais concentrada a capacidade de responder a essa demanda, com conhecimento, é a universidade pública.

**João Luís Becker** - Seria interessante olhar para um sentido mais amplo da prestação de serviço. Num sentido, a universidade só presta serviço. Essa mesa-redonda não é, exclusivamente, sobre os serviços habitualmente oferecidos pelas universidades tradicionais e seculares. A universidade se qualificou nos últimos 30 anos, porque aqui a prestação de serviço sempre existiu. Se olharmos para década de 70, na Escola de Engenharia se fazia muita prestação de serviço, talvez porque tivesse muita competência desde então acumulada. Na Faculdade de Medicina, a mesma coisa. Aliás, isso não é peculiaridade da UFRGS. Todas as universidades, em princípio, de alguma forma se transformaram em instituições educacionais *strictu sensu*, para instituições cuja tônica fundamental é o conhecimento. E a nossa universidade, em particular, qualificou o seu corpo docente e de técnicos. E isso fez com que a demanda da sociedade em nosso entorno, reconhecendo isso, passasse a saber que pode contar com serviços especializados, alguns que não encontram em outros lugares. Esse é um fenômeno universal em todas universidades e um elemento importante. Por que esse assunto é tão candente hoje entre nós? Na qualificação do nosso corpo docente hoje temos, praticamente, 70% de mestres e doutores. Doutores, são mais de 50%. Onde é que se formaram esses doutores? Geralmente nas melhores universidades do país e do exterior. Não apenas a demanda aumentou por conta do crescimento vegetativo, mas a universidade abriu as suas portas por força dessa qualificação maior do corpo docente, do corpo técnico-administrativo. Mas tem um outro lado também importante nessa prestação de serviço, que também é universal, que é a prestação de serviço por parte dos nossos alunos. Quando se fala na universidade prestar serviços, não se deve falar, exclusivamente, nos professores mas nos alunos também. Há uma enorme variedade de serviços que os alunos prestam, sempre prestaram e continuarão prestando. Temos, por exemplo, o movimento das empresas júnior, iniciado na França, na década de 60, que se espalhou pelo mundo. Hoje, a nossa universidade já conta com várias empresas júnior. São empreendimentos nos moldes de empresas privadas criadas, gerenciadas e dirigidas pelos alunos. A nossa Escola de Administração tem uma empresa júnior que é uma das pioneiras do sul do país e que presta muitos serviços, há muito tempo.

**Renato Machado de Brito** - Eu diria que a universidade mais não faz porque mais não pode. Esta qualificação da universidade, esta demanda por conhecimento, por novos serviços ou atividades, são necessárias para a sociedade. Ela vem buscar onde acha que há competência. A Escola de Engenharia há muitos anos presta serviço. Tanto, que várias iniciativas, hoje, já são outras instituições. Por exemplo, o ITERGS (Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul) começou aqui do lado, onde hoje é o Museu Universitário. Lá se rompia o concreto, se fazia ensaio de materiais, usando a parca competência que na época a

universidade tinha para ensinar as pessoas a fazer, para qualificar instituições. Dali nasceu a Cientec. Hoje, a sociedade busca conhecimento que possa aplicar para desenvolver as suas atividades. Eu acho que tudo aquilo que fizemos na universidade como prestação de serviço, assim entendida como uma atividade adicional às nossas funções (ensino, pesquisa e extensão), deve ser feita desde que forme pessoal. É uma oportunidade de se preparar pessoas, tanto nossos alunos como a comunidade externa, para enfrentar novos desafios. E, também, as pessoas que entram no mercado de trabalho não têm mais tempo de pesquisar a demanda por suas atividades nas indústrias ou nas próprias empresas de prestação de serviço. Elas têm tempo é de executar. E muitas vezes, em várias áreas, tanto no serviço público como nas instituições privadas, se deparam com problemas que não sabem resolver. Cito um, muito simples, pertinho da gente: quando o viaduto da Conceição foi montado, nunca se imaginou que um dia se teria que trocar as juntas de amortecimento do concreto. Tem os pilares e tem os vãos. O vão assenta-se sobre o pilar com uma manta de borracha que, com o passar do tempo, vai cedendo. Chega a um ponto em que fica concreto sobre concreto e quebra. O que se fez? Se procurou a universidade para desenvolver uma metodologia que fizesse a manutenção nos viadutos. Hoje, quem passar por baixo, vai ver que no pilar do viaduto tem um dente construído adicionalmente. Uma protuberância de concreto que perpassa e ali se coloca um macaco hidráulico capaz de elevar o vão para que se possa trocar a borracha. Quem fez isso? Foi a universidade que desenvolveu esse sistema. Foi uma prestação de serviço que começou como pesquisa aplicada. Hoje, as próprias empresas, que estão sendo obrigadas pela lei a colocar recursos em fundos setoriais, vêm buscar as universidades porque elas estão fazendo pesquisa sob encomenda. O próprio professor já não é mais tão livre quanto era, romanticamente, para se propor a pesquisar a asa esquerda da borboleta. Não. Existem vários temas de interesse que vêm de fora e a comunidade abre editais para que possamos nos candidatar. Quem tem competência se estabelece. Na verdade, o que se deve discutir é o que a universidade deve realmente fazer.

**JU - A universidade, recebe a encomenda e executa a prestação de serviço ou tem autonomia para escolher e decidir como, quando e onde atuar?**

**Brito** - Como é que se desenvolveu a pesquisa no Brasil? Através de instituições que a fomentava e as próprias universidades foram procurar formar seus quadros para continuar produzindo novas cabeças com novas idéias, novos contornos. Sem pesquisa não se avança, também no ensino que se dá nos cursos de graduação. O que aconteceu? As instituições de fomento à pesquisa confiavam muito na liberdade de proposta que o pesquisador tinha. Se o pesquisador achava que era importante pesquisar sobre alguma coisa, podia propor isso ao CNPq, à Capes, à Finep. Ele iria desenvolver isso ou não, de acordo com as possibilidades de financiamento. Hoje, o que acontece? A própria Petrobras, a Embratel ou grandes empresas brasileiras, que têm nos seus quadros até ex-alunos nossos, estão precisando desenvolver coisas novas, procurar novas soluções. Então, publicam editais definindo o que gostariam de ver pesquisado e os grupos que têm condições, se candidatam a isso. Será que nós podemos fazer tudo? Será que não cabe uma discussão na universidade, nas várias instâncias? Se a prestação de serviço é pesquisa cabe uma discussão nas

Comissões de Pesquisa? Se a prestação de serviços faz parte dos cursos, acho que deve ser discutida junto aos programas de graduação e pós-graduação. Se é atendimento à comunidade, no sentido como se pensa na extensão, que seja na extensão. Cada atividade deve ser decidida na sua instância adequada, dentro da universidade.

**JU - Nesses dias, a reitora referiu a evasão de alunos e há uma contínua procura por aposentadorias entre professores e funcionários, principalmente agora, quando está em pauta a reforma da Previdência. Como isso influi na prestação de serviços?**

**José Vicente** - Me parece que as questões são um pouco diferenciadas. Em primeiro lugar, sobre a evasão de alunos, já se conhece bastante na universidade sobre isso. Há problemas de currículos em determinados cursos, problemas pedagógicos em determinadas cadeiras e, também, pelo menos metade de nossos alunos, senão mais, precisam trabalhar ao mesmo tempo em que estudam. A universidade tem aproximadamente 10% dos seus alunos com algum tipo de bolsa, por volta de duas mil. Acho que deveria haver maior número de vagas na entrada dos alunos pois acredito que existe uma capacidade ociosa na universidade. A universidade deveria aumentar a absorção dos alunos para além das 4.500 vagas que tem. Existe capacidade para isso. Estive em São Paulo e na graduação da USP as pessoas dão aulas para 100 alunos. No pós-graduação não há limite e a USP continua sendo a universidade que mais produz, que forma mais doutores e de melhor qualidade neste país. Na França, a mesma coisa, com 200 alunos. Em nenhum lugar do mundo há essa equação em que só se pode dar aula para vinte alunos. Isso é um absurdo. Tem que haver um aumento sistemático de vagas. Quanto ao conjunto de medidas, é aí que entra a questão da pesquisa aplicada, da prestação de serviço. Esta prestação de serviços poderia trazer recursos para que pudéssemos oferecer oportunidades de bolsas aos nossos alunos e, com isso, também reduzir a evasão e assim aumentar a sua formação. Em todas as discussões que houve nessa universidade sempre fomos muito claros: é uma atividade adicional, tem que haver um plano, qualquer que seja a atividade, e o fundamental é o ensino de graduação, de pós-graduação, mestrado e doutorado acadêmicos. Nenhuma atividade poderá ser feita em detrimento disso. Acho que isso é uma postura ética da universidade, de respeito às atividades fins. O quanto essa pesquisa aplicada tem um efeito dinamizador sobre o ensino, pesquisa e extensão, ou é apenas uma repetição de uma atividade que poderia ser feita por institutos de pesquisas e até por empresas de nossos alunos, é uma discussão que não pode ser feita em abstrato. Dependerá de cada caso. Esse dinamismo entre pesquisa básica e aplicada faz parte da vida universitária, desde que tenhamos o princípio básico da reprodução e ampliação da esfera acadêmica da universidade.

**JU - A prestação de serviços é rentável para a universidade?**

**Cybis** - Eu vou responder antes se vale a pena para universidade. Em primeiro lugar, fazer prestação de serviço num campo mais genérico, sim. A prestação de serviço, nas mais diversas formas, desde que, controlada e institucionalizada, mais do que vale a pena, é necessária para a universidade. A instituição se renova na prestação de serviço, porque é aí que surgem os problemas aplicados. Sob o ponto de vista financeiro, isso é o que a regulamentação que existe, embora não esteja implementada em todas as unidades, e a regulamentação que venha

a ser modificada agora, tem que fazer com que aconteça.

**JU - O que diz a regulamentação, atualmente?**

**Cybis** - Atualmente, são duas as regras: a Resolução 3593 do Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa (Cocep) que estabelece diretrizes para prestação de serviço em ensino, pesquisa e extensão e a regulamentação dessa Resolução, a Portaria 5518 de 1994. São as duas metas da regulamentação que previam, no nível de universidade geral, que essas regras seriam regulamentadas, adicionalmente, em cada unidade. Isso foi feito só em algumas. A maioria não fez essa regulamentação. Na realidade existe a regra, mas não está sendo adotada porque ela não chegou a ser implementada dentro das unidades. E se constata que, dentro das unidades nas quais ela foi regulamentada seu regimento, ou nas decisões de seu Conselho Superior, mesmo nessas, o tempo acaba degastando, e na prática, as estruturas que foram criadas para controlar, na sua maioria não são utilizadas. Se isso for regulamentado e houver uma preocupação com a prestação de contas é que vai se saber se foi vantagem econômica ou não para universidade.

**JU - A quem é feita essa prestação de contas?**

**Cybis** - No momento só os projetos de extensão têm alguma prestação de contas. Não se aprecia a prestação de contas para consultoria. A dificuldade toda dentro da Comissão é que, cada vez em que se fala na prestação de serviço, cada um está pensando na prestação de serviço que a sua unidade faz. Em termos de consultorias, a prestação de contas não existe na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque ela vai ser feita através da Faurgs. E esta sim que teria auditorias que verificarão as contas da Fundação, não especificamente do projeto do professor dentro da universidade. E isso precisa acontecer.

**Becker** - Acho que há um elemento crucial para tentar encaminhar uma resposta à pergunta "se vale a pena ou não a prestação de contas". Falta tradição aos professores universitários em entender os mecanismos de custeio dos seus projetos e da sua prestação de serviços. É muito comum na universidade que um determinado serviço seja prestado. Mas há muita dificuldade em estabelecer critérios de custeio adequados para esses equipamentos. Podemos fazer algum trabalho que, por exemplo, precise algumas horas do super computador, ou do microscópio eletrônico de que a universidade dispõe. São equipamentos caríssimos que a universidade, a dura penas, conseguiu implantar que são suportes, qualificações à pesquisa, mas que também servem à prestação de serviço. Tradicionalmente, o serviço é prestado e faz-se um preço. E na especificação deste custeio, os elementos mais negligenciados são os equipamentos da universidade. Então, essa questão de prestação de conta, se vale a pena, se não vale, é muito difícil. Aposto que vários serviços prestados são deficitários se colocarmos na ponta do lápis, considerando todos esses elementos de custeio que uma empresa, um instituto ou um empreendimento dos próprios alunos jamais teriam condições de executar, tamanhos os custos envolvidos e que a universidade, eventualmente, não se apropria e não repassa para os preços cobrados pelo serviço prestado.

**JU - Para onde vão os recursos auferidos nas prestações de serviço? Quem os gere, quem lhes orienta a destinação, enfim, quem mexe com eles?**

**José Vicente** - Concordo que é necessário ter uma regulamentação mais preci-

sa. A comissão dos professores está encaminhando isso. Houve um enorme avanço em 1994 quando foi criada, não só essa regulamentação, como também as fundações de apoio, a partir da nova lei das fundações, que são de direito privado, porém sob o controle do Conselho Universitário. Isso é fundamental. A partir daí se conseguiu uma agilidade que o direito público-administrativo não permite para uma série de atividades. A questão se a prestação de serviço vale a pena ou não para a universidade tem uma percepção a curto prazo e outra a longo prazo. A curto prazo, a crise financeira da última década fez com que todos nós tivéssemos trabalhos excedentes. Foi o que garantiu que a universidade pudesse persistir e até se expandir. Não há a menor dúvida de que todos nós, hoje, trabalhamos muito mais do que trabalhávamos há 10 anos e, evidentemente, isso tem contrapartidas financeiras, que variam conforme as áreas. Por exemplo: se fizermos uma pesquisa com ou para os sem-terra e outra com ou para a Petrobras, evidentemente que os entendimentos serão diferenciados. O interessante é que a universidade não se recusa a fazer menos ou mais. Já demos aulas para Brigada Militar por 20 reais e já demos por 500 reais não sei para quem. Qual é o princípio? O que interessa é a sustentabilidade da universidade. É da avaliação e da responsabilidade de cada professor, dos órgãos coletivos, se aquela atividade adicional ajuda ou não a sustentabilidade da universidade. Senão estaremos matando a galinha dos ovos de ouro. E isso vale para os planos coletivo e individual. Se o professor se mete, a cada fim de semana, a dar aula do curso de sua especialização aqui, acolá, alhures, quando ele vai pensar, ler, escrever, pesquisar? Porque essas são as únicas maneiras que ele tem de se manter atualizado e respeitado, que ele precisa ser na sua área científica. Isso vale para o nível individual também. Porque se eu dou aula todos os fins de semana para ganhar alguns cobres a mais, isso tem um custo humano, nós sabemos. Tem uma não sustentabilidade do próprio indivíduo. No nível coletivo, acho que esse é o princípio também. A universidade não pode se transformar numa máquina prestadora de serviços em detrimento das suas atividades fins. Todos estamos de acordo. Finalmente, todos esses projetos de prestação de serviços têm uma tributação. Sou até favorável a que se aumente essa tributação.

**JU - Como as receitas da prestação de serviço são divididas? O que vai para a universidade, para o departamento, instituto, professor, aluno e para o funcionário?**

**José Vicente** - 6% para a UFRGS, 5% para a Faurgs. Para a unidade varia de 5% a 30% .

**Cybis** - Estão faltando uns 5% dos quais se teria que prestar conta em nota fiscal. Daria uns 15 ou 16%, dependendo se é um curso ou se é uma consultoria. Isso fica na Faurgs. Depois, tem o percentual das unidades. Pode ser 5%, 10%, ou pode ser nada também. É uma questão interna. O restante do dinheiro vai para fazer o projeto que está sendo contratado, é o custo da realização. O restante, são honorários dos professores, funcionários e alunos envolvidos. Basicamente, é esta a destinação dos dinheiros. Então, o dinheiro vem para a Faurgs, tem o dinheiro das taxas dos projetos, 5% que podem ser negociáveis; 5% ou 6% que vai para um fundo da universidade para ensino, pesquisa e extensão; há uma parcela variável que vai como taxa de administração para as unidades e depende muito das estruturas, da tradição, do histórico de como foi formada cada unidade.



Os professores, funcionários e alunos recebem por essa atividade extra que está sendo prestada. Não é percentual. Aí são honorários.

**Becker** - Todo o serviço envolve basicamente três tipos de recursos: recursos humanos, que são recursos da capacidade técnica e intelectual dos professores, técnicos-administrativos, técnicos-científicos e alunos; eventualmente, para alguns desses serviços precisam ser contratadas competências externas, também para completar a equipe. Este é um custeio que é recurso humano. Outro tipo de custeio, o mais complicado de ser avaliado porque não é direto, é o custeio relativo à depreciação dos equipamentos. É a capacidade instalada. E tem outro tipo de custeio que é diretamente atrelável e atrelado ao projeto. São custeios com equipamentos, reagentes, coisas que se incorporam ao serviço que está sendo realizado. Estes são de avaliação extremamente simples. Por exemplo: quantas cópias precisam, quantas toneladas de concreto precisa, qual o cimento que vai ser usado? São os recursos de custeio. Os recursos de pessoal também são relativamente simples de serem contabilizados e apreciados. Quanto vale a hora/aula técnica de um profissional desse ou daquele outro nível, do aluno, é aluno de mestrado, doutorado? Enfim, tudo tem diferentes valores, mas facilmente se chega ao total. O que não se sabe é quanto vale a depreciação do equipamento, da sua capacidade do trabalho. O que acontece então? Na medida em que é extremamente difícil fazer esse cálculo de custeio, as universidades em geral têm optado por outro tipo de mecanismo de compensação, que é o mecanismo de *over head* (taxas adicionais). De todo e qualquer projeto, tem 6% que é uma contribuição ao fundo de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento institucional. Esse 6% é um número tirado da cartola. Podia ser 2, podia ser 7, podia ser 10, podia ser 20. O departamento ou a unidade também tem um número tirado da cartola, que é um mecanismo de compensação e de ressarcimento. Só que é um ressarcimento indireto desta capacidade instalada. Quando se pergunta quanto se consumiu do equipamento não há condições de responder. Mas, num sentido mais amplo, há uma prestação de contas por conta da Faurgs. Isso é perfeitamente transparente.

**Brito** - Para se saber se algo é rentável ou não tem que se verificar, antes, em que circunstâncias estamos trabalhando. Nos últimos 10 ou 20 anos vivemos uma situação bastante complicada em termos de recursos públicos para as atividades que temos como finalidade. Já fiz essa conta como diretor da Escola de Engenharia, tendo, aproximadamente, 4.000 alunos entre graduação e pós-graduação, e recebendo um orçamento anual de 240 mil reais do governo para pagar custeio, reposição de lâmpadas, papel, etc. Isso dá seis reais, por mês, por aluno. Como vamos sobreviver? Se é da prestação de serviço que temos que tirar isso, não sei. Quem tem que decidir é a universidade como instituição. Por outro lado, a universidade pode prestar serviço, gratuitamente, dentro da sua capacidade e como mecanismo da sociedade para suprir determinadas carências. Também deve cobrar das instituições que têm necessidades e que podem pagar. Em primeiro lugar, a universidade tem que cuidar para não ter prejuízo, para poder se ressarcir. A instituição tem que, pelo menos, se ressarcir daquilo que está gastando para fazer aquele serviço.

**José Vicente** - Há princípios que são fundamentais nisso. O primeiro deles é o princípio decorrente de uma sustentabilidade coletiva da instituição.

Não deve haver um individualismo que transforma a universidade no seu próprio escritório. Todos nós temos a consciência universitária de que isso é mortal para a universidade e para a própria pessoa. O segundo é o princípio da transparência. Tudo é publicado. As pessoas se orgulham. A transparência é fundamental. Em terceiro lugar, a prestação de contas pública da chamada contabilidade, da responsabilização pública pelas contas. Isso tem que ser algo estatuído dentro do plano do departamento, da unidade, do Conselho Universitário e das diferentes comissões. Com isso conseguimos preservar algo que é o cartão simbólico da universidade neste país, não só esta, mas das universidades públicas federais, onde não há corrupção. A universidade tem um capital simbólico de não corrupção que é notável, nesse país onde se vê tanta coisa que acontece. No momento em que começa a haver uma enorme entrada de recursos, (a Faurgs hoje deve ter mais de 3 mil projetos), isto é fundamental para preservar a sustentabilidade da universidade para as novas gerações.

**Becker** - Quero fazer uma observação sobre transparência. Não pode ficar uma falsa impressão da nossa afirmação de que não há transparência. Parece que há sem-vergonhice... Isso tem que ser colocado num sentido um pouco mais amplo. Eu reputaria isso à tradição de liberdade acadêmica que é tão importante, tão cara para as universidades. Para os professores, de uma maneira geral, esse é um valor muito presente. Eu dou a aula como quero, eu sou livre para pensar. Eu expresso meu pensamento. E nessa postura, eventualmente, determinadas práticas que são realizadas pelos professores, e também pelos alunos, que permeiam toda a instituição, acabam não sendo devidamente registradas. Professor é extremamente avesso a registrar. É da índole dos nossos professores não fazer um registro pormemorizado de todas as atividades executadas. Quando se diz que falta transparência num sentido amplo, podemos dizer que tem coisas que não são perfeitamente transparentes porque não são perfeitamente registradas. Neste sentido, a participação da Faurgs, a regulamentação da Faurgs, desde 1994 na Universidade, é uma conquista muito importante que precisa ser preservada acima de tudo. Através da Faurgs temos essa transparência mais avançada.